

ANEXO X DO EDITAL

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 002/2019

PARCERIA PÚBLICO PRIVADA (PPP) NA MODALIDADE DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ.

Sumário

PREÂMBULO	5
CLÁUSULA I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	6
1.1. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO	6
1.2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO	7
1.3. DA INTERPRETAÇÃO	7
CLÁUSULA II - DO OBJETO, PRAZO E TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO	7
2.1. DO OBJETO	7
2.2. O PRAZO	9
CLÁUSULA III - DA CONCESSIONÁRIA	11
3.1. DA FINALIDADE E DO CAPITAL SOCIAL	11
3.2. DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES	13
CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	15
4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA	15
4.2. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	19
CLÁUSULA V - DOS DIREITOS DAS PARTES	20
5.1. DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA	20
5.2. DOS DIREITOS DO PODER CONCEDENTE	21
CLÁUSULA VI - DOS FINANCIAMENTOS	22
6.1. DOS FINANCIAMENTOS PELA CONCESSIONÁRIA	22
CLÁUSULA VII - DO VALOR DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	22
7.1. DO VALOR DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	22
7.2. DAS RECEITAS ACESSÓRIAS	24

CLÁUSULA VIII - DA RELAÇÃO COM TERCEIROS	25
8.1. DOS CONTRATOS COM TERCEIROS.....	25
CLÁUSULA IX - DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	27
9.1. DA FISCALIZAÇÃO	27
9.2. DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONCESSÃO	29
9.3. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	30
9.4. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.....	31
CLÁUSULA X - DOS RISCOS, GANHOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	32
10.1. DO COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS.....	32
10.2. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	44
10.3. DO COMPARTILHAMENTO DOS GANHOS ECONÔMICOS ENTRE CONCESSIONÁRIO E PODER CONCEDENTE	47
CLÁUSULA XI - DAS GARANTIAS E SEGUROS.....	50
11.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA.....	50
11.2. DA GARANTIA PÚBLICA.....	53
11.3. DA GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONCESSIONÁRIA.....	57
11.4. DOS SEGUROS.....	59
CLÁUSULA XII - DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO	62
12.1. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO	62
12.2. DA REVERSÃO DOS BENS DA CONCESSÃO	64
CLÁUSULA XIII - DAS SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS PARTES...64	64
13.1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	65
13.2. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES	67
13.3. MULTAS.....	69

CLÁUSULA XIV - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS	71
14.1. DO MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS	72
14.2. DA ARBITRAGEM	73
CLÁUSULA XV - DA INTERVENÇÃO	74
15.1. DA INTERVENÇÃO	74
CLÁUSULA XVI - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	77
16.1. DOS CASOS DE EXTINÇÃO	77
16.2. DO TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL	78
16.3. DA ENCAMPAÇÃO	79
16.4. DA CADUCIDADE	80
16.5. DA RESCISÃO CONTRATUAL	82
16.6. DA ANULAÇÃO DO CONTRATO	82
16.7. DA FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	83
CLÁUSULA XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	84
17.1. DO ACORDO COMPLETO	84
17.2. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES	84
17.3. DA CONTAGEM DE PRAZOS	85
17.4. DO EXERCÍCIO DE DIREITOS	85
17.5. DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS	85
17.6. DO FORO	86

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO CONTRATO DE CONCESSÃO N° 002/2019

PREÂMBULO

Aos [•] dias do mês de [•] de [•], tendo de um lado, o Município de CAMPOS DOS GOYTACAZES, por intermédio de sua Superintendência de Iluminação Pública, com sede na [•], neste ato representada pelo Sr. [•], denominado PODER CONCEDENTE, e de outro lado, [•], sociedade de propósito específico constituída especialmente para a execução do presente contrato de concessão, com endereço na [•], em [•], representada pelo Sr. [•], na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, sendo o Poder Concedente e a Concessionária doravante denominadas em conjunto como "Partes" e, individualmente, como "Parte".

1. O PODER CONCEDENTE, em conformidade com a Lei Federal nº 11.079/2004 ("Lei Federal de Parcerias Público-Privadas"), a Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, no que couber, a Lei Federal nº 8.987/1995 ("Lei de Concessões"), a Lei Federal nº 9.074/1995 e a Lei Federal nº 8.666/1993 ("Lei de Licitações e Contratos Administrativos") e demais normas cogentes, realizou certame licitatório na modalidade de concorrência pública para a concessão administrativa objetivando a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura do Parque de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ.

2. Após esse regular procedimento licitatório, foi selecionada a empresa [•], em conformidade com ato do Sr. Secretário de [•], publicado no Diário Oficial do Município de CAMPOS DOS GOYTACAZES do dia [•] de [•] de [•];

3. Em conformidade com as disposições do Edital de Concorrência Pública nº 002/2019, a(s) Sociedade(s) [], vencedora(s) da aludida concorrência pública, constituiu(íram) a CONCESSIONÁRIA.

As Partes têm, justas e acordadas, as condições expressas no presente CONTRATO de Parceria Público-Privada na modalidade de Concessão Administrativa, que se regerá por suas cláusulas e pelas normas incidentes.

CLÁUSULA I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

Fazem parte integrante deste CONTRATO, surtindo os respectivos efeitos jurídicos, o Ato Constitutivo da Concessionária e os ANEXOS relacionados a seguir:

- a) Anexo 1.** Termo de arrolamento e transferência de bens;
- b) Anexo 2.** Caderno de encargos;
- c) Anexo 3.** Sistemas de mensuração de desempenho;
- d) Anexo 4.** Mecanismo de pagamento;
- e) Anexo 5.** Fiança-bancária;
- f) Anexo 6.** Seguro-garantia;
- g) Anexo 7.** Modelo de contrato com agente fiduciário;
- h) Anexo 7-A.** Procuração outorgada pelo poder concedente ao agente fiduciário;
- i) Anexo 8.** Aceite de atividades concluídas.



1.2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

1.2.1. O presente Contrato observará o disposto na Lei Federal nº 11.079/2004 (“Lei Federal de Parcerias Público-Privadas”) e, no que couber, a Lei Federal nº 8.987/1995 (“Lei de Concessões”), a Lei Federal nº 9.074/1995 e a Lei Federal nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações e Contratos Administrativos”) e demais normas cogentes, regendo-se pelas disposições contratuais deste Instrumento.

1.3. DA INTERPRETAÇÃO

1.3.1. As definições deste Contrato serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural.

1.3.2. As referências a este Contrato ou a qualquer outro documento devem incluir todos os eventuais aditivos e alterações que venham a ser celebrados entre as Partes.

1.3.3. No caso de divergência entre o Contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto no Contrato.

CLÁUSULA II - DO OBJETO, PRAZO E TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO

2.1. DO OBJETO

2.1.1. O objeto deste Contrato é a concessão administrativa objetivando a modernização, efficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura do Parque de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes-RJ, compreendendo na execução dos Encargos:

(i) Serviços:

a) OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENS DA CONCESSÃO, envolvendo os SERVIÇOS AGREGADOS;

(ii) ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CADASTRO TÉCNICO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

(iii) Obras:

a) MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE



ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme cronograma estabelecido neste Instrumento;

b) MELHORIA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme cronograma estabelecido no CONTRATO, visando a qualidade do sistema de ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

1. Expansão da INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

2. Criação/instalação de CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL (“CCO”);

3. Realização de adequações para embelezamento e iluminação artística.

(iv) Fornecimento:

a) Fornecimento de bens, instalações e equipamentos necessários para a operação e manutenção da INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, incluindo LUMINÁRIAS, reatores, acessórios, equipamentos para controle e monitoramento remoto do parque de iluminação;

b) Fornecimento de ferramentas de Tecnologia da Informação que permitam o controle efetivo e em tempo real da INFRAESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, a detecção de incidentes, a diminuição de sua ocorrência e a pronta ação da CONCESSIONÁRIA.

2.1.2. Para a execução dos ENCARGOS, será outorgado à CONCESSIONÁRIA o direito de uso sobre os BENS DA CONCESSÃO, nos termos deste Instrumento.



2.1.3. Os ativos cedidos integram a Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública.

2.1.4. Os ENCARGOS obedecerão ao disposto nas normas vigentes que regulamentam o objeto deste Contrato observados os padrões e procedimentos neles previstos e nos respectivos Anexos de Contrato.

2.2. O PRAZO

2.2.1. O PRAZO DA CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA [data de publicação do CONTRATO no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes-RJ].

2.2.2. Durante todo o prazo de vigência deste Contrato, a transferência da Concessão ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente ocorrerá nas seguintes situações e obedecidos os seguintes requisitos:

2.2.2.1. A transferência da Concessão ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA somente poderá ser autorizada depois de 05 (cinco) anos da vigência do Contrato (fase de investimentos iniciais), mediante a comprovação do regular cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA e segundo as disposições do art. 9º § 1º da Lei 11.079/04 ("Lei de Parceria Público-Privada").

2.2.2.2. Pedido de autorização expresso e fundamentado para transferência da Concessão ou do controle societário da concessionária, acompanhado dos seguintes documentos:

2.2.2.2.1. Relatório de demonstração da inexistência de prejuízo ou risco à execução deste Contrato;

2.2.2.2.2. Prestação e manutenção das garantias existentes;



2.2.2.2.3. Documento de compromisso de que cumprirá todas as cláusulas do contrato em vigor;

2.2.2.2.4. Documentação do pretendente relativa às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço.

2.2.2.3. A prévia, expressa e fundamentada anuência do Poder Concedente, indispensável inclusive para transferência indireta do controle, por meio de controladoras, ou mesmo em hipóteses de acordo de votos.

2.2.3. A CONCESSIONÁRIA compromete-se a não efetuar, em seus livros sociais, sem a prévia anuência do Poder Concedente, qualquer registro que importe em cessão, transferência ou oneração das ações que compõem o controle societário.

2.2.4. Para a obtenção da anuência necessária para transferência da Concessão e transferência do controle societário, deverá ser demonstrado que a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) continuará apta para a execução do OBJETO contratual e que a transferência do controle societário não prejudicará o atendimento às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à contratação.

2.2.5. O pedido para a autorização da transferência do controle societário deverá ser apresentado ao Poder Concedente, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA ou pelo(s) Financiador(es), conforme o caso, contendo as respectivas justificativas, bem como elementos que as corroborem e possam subsidiar a análise do pedido.

2.2.6. O Poder Concedente examinará o pedido no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, desde que devidamente fundamentado e caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e ao(s) Financiador(es), convocar os acionistas



controladores da CONCESSIONÁRIA e promover quaisquer diligências que fundamentadamente considerar adequadas.

2.2.7. A realização de operações de cisão, fusão e incorporação envolvendo a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA deverá ser submetida à prévia autorização do Poder Concedente.

2.2.8. Na hipótese de transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA, deverão ser mantidas as condições que ensejaram a celebração do Contrato.

2.2.9. A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao Poder Concedente sobre qualquer modificação em seu estatuto social, e encaminhar os documentos que formalizarem a alteração estatutária para arquivamento, passando a fazer parte integrante deste Contrato, durante todo o período da Concessão.

2.2.10. A transferência de concessão ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE implicará a caducidade da concessão.

2.2.11. A autorização para a transferência da CONCESSIONÁRIA, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.

CLÁUSULA III - DA CONCESSIONÁRIA

3.1. DA FINALIDADE E DO CAPITAL SOCIAL

3.1.1. A CONCESSIONÁRIA será uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), nos termos do art. 9º da Lei Federal nº. 11.079/04 (“Lei de Parceria Público-Privada”) constituída sob o tipo societário Sociedade por Ações (“S.A.”), constituída de acordo com a Lei Federal nº. 6.404/76 (“Lei das Sociedades Anônimas”) e outras porventura aplicáveis, com a finalidade exclusiva de operar



a CONCESSÃO objeto deste Instrumento.

3.1.2. A subscrição do capital social da CONCESSIONÁRIA em valor igual ou superior a R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de Reais), sendo que a integralização mínima de R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais) até a data da assinatura desse CONTRATO e R\$8.000.000,00 (oito milhões de Reais) no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do presente CONTRATO, serão condições para a assinatura do presente Instrumento, nos termos previstos no EDITAL.

3.1.2.1. A responsabilidade dos acionistas da Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) será limitada ao preço de emissão das ações por eles subscritas até a sua efetiva integralização, salvo comprovado dolo.

3.1.3. O Estatuto Social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que vede alteração de seu objeto social e controle societário sem prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

3.1.4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a informar ao Poder Concedente sobre o cumprimento do compromisso de integralização do capital da CONCESSIONÁRIA, sendo facultado ao Poder Concedente realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação, desde que devidamente fundamentadas, exceto quando houver integralização mínima prevista na Cláusula 3.1.2, ocasião em que se tornará despicienda a informação.

3.1.5. No caso de integralização em bens, o processo de avaliação dos respectivos bens deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”).

3.1.6. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações



financeiras padronizadas, nos termos do art. 9º, § 3º, da Lei Federal nº 11.079/04 (“Lei de Parceria Público-Privada”), bem como obedecer aos dispositivos da Lei Federal nº. 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”) em relação a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos dolosos contra a administração pública.

3.1.7. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à Concessão de que trata este CONTRATO, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras, cuja respectiva receita é considerada acessória.

3.1.8. A CONCESSIONÁRIA deverá estar sediada no Município de Campos dos Goytacazes.

3.2. DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

3.2.1. Durante o prazo da Concessão, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas no Contrato ou na legislação cogente, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

(i) Apresentar a competente Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, dentro de 30 (trinta) dias, contados da DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO;

(ii) Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção, caducidade da Concessão ou rescisão do CONTRATO;

(iii) Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o



normal desenvolvimento da prestação do serviço, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos;

(iv) Apresentar, anualmente, ao PODER CONCEDENTE, relatório com informações detalhadas sobre:

- (a)** SCG (“SISTEMA CENTRAL DE GERENCIAMENTO”);
- (b)** O inventário da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA; e
- (c)** Demais informações exigidas no CADERNO DE ENCARGOS.

(v) Apresentar ao Poder Concedente, até o dia 10 de dezembro de cada ano, um relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, entre outros itens, o balanço e a demonstração de resultado correspondente.

(vi) Disponibilizar ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório com as reclamações dos USUÁRIOS, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso;

(vii) Apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 30 (trinta) dias contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações financeiras trimestrais completas;

(viii) Apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes; e relatório anual de conformidade, contendo a descrição:

- (a)** Das atividades realizadas;
- (b)** Das RECEITAS ACESSÓRIAS eventualmente auferidas no



período;

(c) Dos investimentos e desembolsos realizados;

(d) Do cumprimento das metas, do CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO, do FATOR DE DISPONIBILIDADE e do FATOR DE DESEMPENHO;

(e) Das obras realizadas;

(f) Das atividades de manutenção preventiva e emergencial;

(g) Dos eventuais períodos de interrupção do serviço e suas justificativas;

(h) Do consumo de energia elétrica; e

(i) Outros dados relevantes;

(ix) Dar imediato conhecimento ao PODER CONCEDENTE da ocorrência de qualquer litígio judicial, bem como do eventual descumprimento dos termos do contrato de fornecimento de energia elétrica com o respectivo fornecedor, prestando ao PODER CONCEDENTE toda a informação relevante relativa à(s) sua(s) evolução(ões);

(x) Apresentar ao PODER CONCEDENTE, no prazo estabelecido por este, outras informações adicionais ou complementares que este, razoavelmente e sem que implique ônus adicional para a CONCESSIONÁRIA, venha a formalmente solicitar.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste Contrato, em seus Anexos e na legislação aplicável:

- (i) Cumprir e respeitar as Cláusulas e condições deste CONTRATO, do EDITAL, das propostas apresentadas e dos documentos relacionados;
- (ii) Manter, durante a execução do CONTRATO, as condições necessárias ao cumprimento dos ENCARGOS objeto da CONCESSÃO;
- (iii) Assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da CONCESSÃO, excetuados aqueles que decorram de atos ou fatos atribuíveis diretamente ou indiretamente ao PODER CONCEDENTE;
- (iv) Identificar as interferências na REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA em razão da presença de arborização e solicitar às autoridades competentes as podas necessárias ao atendimento dos parâmetros de desempenho e demais obrigações deste CONTRATO E ANEXOS;
- (v) Apresentar e submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE, os projetos relativos aos serviços de modernização, efficientização e serviços complementares, conforme requerimentos mínimos apresentados no ANEXO 2 - CADERNO DE ENCARGOS;
- (vi) Cumprir rigorosamente as normas de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação vigente, e sempre visando a prevenção de acidentes no trabalho;
- (vii) Executar os ENCARGOS, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou que venha a ser editada pelo PODER CONCEDENTE;
- (viii) Promover a completa execução dos ENCARGOS obedecendo rigorosamente o planejamento e/ou programações, às instruções apresentadas pela fiscalização e demais recomendações das normas técnicas e legislação aplicáveis à CONCESSÃO, ressalvada a ocorrência de fatos extraordinários que possam impedir, atrasar ou atrapalhar a execução dos ENCARGOS;
- (ix) Executar, dentro da melhor técnica, os ENCARGOS contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização do PODER CONCEDENTE e demais normas aplicáveis;



- (x)** Informar à fiscalização do PODER CONCEDENTE a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão do OBJETO, sugerindo as medidas para corrigir a situação;
- (xi)** Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o PODER CONCEDENTE de qualquer responsabilização relacionada;
- (xii)** Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representá-la junto à fiscalização do PODER CONCEDENTE;
- (xiii)** Providenciar o licenciamento e aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes;
- (xiv)** Proceder, às suas expensas, nos termos deste CONTRATO, a substituição de postes, LUMINÁRIAS, condutores e demais BENS VINCULADOS À CONCESSÃO em conformidade com o CADERNO DE ENCARGOS;
- (xv)** Cooperar e apoiar para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao OBJETO do CONTRATO, inclusive o CCO, bem como aos registros contábeis, seus e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas;
- (xvi)** Manter seu pessoal (empregados e terceiros contratados) devidamente identificado por meio de uniformes e crachás com fotografia recente, incluindo logotipo da CONCESSIONÁRIA e menção à "Gestão por meio de PPP";
- (xvii)** Estampar a logomarca padrão do PODER CONCEDENTE, em proporção equivalente à logomarca da Concessionária, bem como conter referência à "Gestão por meio de PPP" em todos os veículos, uniformes dos empregados da CONCESSIONÁRIA, crachás de



identificação, sítios eletrônicos e demais elementos da CONCESSÃO pertinentes, seguindo as regras de aplicação da logomarca da Prefeitura do Município de Campos dos Goytacazes;

(xviii) Contratar seguros para os riscos relevantes e usuais da CONCESSÃO, nos termos deste CONTRATO;

(xix) Realizar o descarte adequado de todos os materiais abrangidos na CONCESSÃO, com o respeito à legislação vigente a respeito do tema e em bases ambientalmente adequadas, sem prejuízo da possibilidade da CONCESSIONÁRIA realizar, mediante aprovação do PODER CONCEDENTE, o aproveitamento de materiais passíveis de reaproveitamento.

(xx) Todas as atividades necessárias à redução do consumo de energia elétrica, incluindo, mas não se limitando a:

a) Solicitação de alterações cadastrais da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

b) Providências para instalação e homologação de equipamentos de medição de consumo na REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

c) Providências para alteração da carga instalada e potencial de perda dos equipamentos da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

d) Apresentação de estudos e projetos técnicos, bem como a solicitação de providências necessárias à redução do tempo a ser considerado para consumo diário;

e) Quaisquer outras medidas que visem à redução do consumo de energia.

(xi) Implantar o Centro de Controle Operacional - CCO, garantindo acesso ao Poder Concedente, em tempo real, a todas as informações ali disponibilizadas;

(xii) Prestar ao Poder Concedente e ao Verificador Independente todas as informações sobre o objeto da Concessão e as relacionadas com as



atividades a seu cargo.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

4.2.1. São obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- (i) Remunerar a CONCESSIONÁRIA na forma prevista neste CONTRATO e em seus ANEXOS;
- (ii) Indicar prévia e formalmente à CONCESSIONÁRIA, a tempo e modo, a equipe de fiscalização dos ENCARGOS;
- (iii) Realizar a FISCALIZAÇÃO do CONTRATO abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo do CONTRATO;
- (iv) Fornecer todos os elementos técnicos necessários ao desenvolvimento da CONCESSÃO que estejam disponíveis ou sejam acessíveis ao PODER CONCEDENTE;
- (v) Prestar as informações solicitadas pela CONCESSIONÁRIA, para o bom andamento da CONCESSÃO;
- (vi) Fundamentar devidamente suas decisões, autorizações, aprovações, pedidos e/ou demais atos praticados ao abrigo deste CONTRATO;
- (vii) Disponibilizar à CONCESSIONÁRIA, desde a data de assinatura do CONTRATO, livres e desimpedidos, todos os bens públicos que ficarão sob a sua gestão necessários ao desenvolvimento adequado do OBJETO da CONCESSÃO;
- (viii) Auxiliar a CONCESSIONÁRIA, com todos os recursos administrativos necessários, no acesso a quaisquer locais da área urbana para a execução das atividades OBJETO da CONCESSÃO;
- (ix) Realizar a interface com os prestadores de serviços públicos na área do Município de Campos dos Goytacazes;
- (x) Emitir todas as licenças, autorizações, certidões e quaisquer outros



instrumentos, de sua competência, que sejam necessários para a execução do objeto da CONCESSÃO, desde que atendidas às exigências e formalidades necessárias;

- (xi)** Aprovar, no prazo de 30 dias, prorrogáveis, e de forma motivada e fundamentada, os relatórios auditados da situação contábil da CONCESSIONÁRIA, incluindo, entre outros itens, o balanço e a demonstração de resultado, apresentados pela CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA V - DOS DIREITOS DAS PARTES

5.1. DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

5.1.1. A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável e neste Contrato, terá direito a:

- (i)** Prestar e explorar o objeto da CONCESSÃO, com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, observadas as normas do EDITAL, seus ANEXOS e do presente CONTRATO;
- (ii)** Receber a remuneração devida na forma deste CONTRATO;
- (iii)** Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma deste CONTRATO;
- (iv)** Oferecer direitos emergentes da CONCESSÃO em garantia nos FINANCIAMENTOS obtidos para a consecução do OBJETO do CONTRATO, como, exemplificativamente, quaisquer parcelas da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, dos valores referentes a indenizações devidas a ela pelo PODER CONCEDENTE, valores referentes à execução da GARANTIA PÚBLICA e decorrentes de RECEITAS ACESSÓRIAS, além de outras garantias que venham a ser exigidas pelos FINANCIADORES, bem como realizar a alienação e cessão fiduciária de bens e direitos e ceder o direito ao recebimento de quaisquer valores que sejam devidos a ela no âmbito da CONCESSÃO, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos, dos encargos e das



garantias da Concessão;

(v) Subcontratar terceiros, sob sua integral responsabilidade e mediante anuência prévia do Poder Concedente, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do OBJETO do CONTRATO, bem como para implementar projetos associados, mantida a qualidade na execução das atividades e a correspondente capacidade técnica;

(vi) A suspensão das METAS QUANTITATIVAS e INDICADORES DE DESEMPENHO, com dilatação de seus prazos, nas hipóteses de a CONCESSIONÁRIA enfrentar obstáculos ou dificuldades de executar suas obrigações contratuais em decorrência de situações relacionadas à deficiência de segurança pública, greves, desastres naturais, álea econômica extraordinária, comoção ou tensão social e outros eventos inevitáveis e imprevisíveis que dificultem, retardem ou de qualquer forma obstaculizem a execução das obrigações contratuais, especialmente em zonas de tensão social e áreas de maior violência. Nesta hipótese, a CONCESSIONÁRIA deverá comunicar imediatamente o PODER CONCEDENTE a respeito da dificuldade ou obstáculo enfrentado, detalhando quais os prazos e as METAS QUANTITATIVAS e os INDICADORES DE DESEMPENHO que serão impactados.

5.2. DOS DIREITOS DO PODER CONCEDENTE

5.2.1. O Poder Concedente, sem prejuízo e adicionalmente a outros direitos previstos na legislação aplicável, terá direito a:

(i) Intervir na prestação dos ENCARGOS que compõem o OBJETO da CONCESSÃO, retomá-los e extingui-los, nos casos e nas condições previstas neste CONTRATO e na legislação aplicável, resguardados, em todo o caso, os direito de contraditório e ampla defesa;

(ii) Delegar, total ou parcialmente, por meio de decreto, as



competências de regulação, supervisão e fiscalização do CONTRATO a entidade da Administração Pública Indireta, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA VI - DOS FINANCIAMENTOS

6.1. DOS FINANCIAMENTOS PELA CONCESSIONÁRIA

6.1.1. A CONCESSIONÁRIA, caso necessite, será responsável pela obtenção, aplicação e gestão dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento da CONCESSÃO, de modo que se cumpram, cabal e tempestivamente, salvo nas exceções previstas, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

6.1.2. O PODER CONCEDENTE, dentro de suas competências e obrigações, deverá colaborar com a CONCESSIONÁRIA no que for preciso para que seja possível a obtenção de financiamentos para o desenvolvimento da CONCESSÃO.

CLÁUSULA VII - DO VALOR DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

7.1. DO VALOR DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

7.1.1. O valor do presente Contrato é de: R\$ [.] ([.] reais).

7.1.2. São receitas da CONCESSIONÁRIA:

(i) Pagamento de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, nos termos do ANEXO 4 - MECANISMO DE PAGAMENTO;

(ii) Outras fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do CONTRATO.



7.1.3. Pela execução do OBJETO do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE pagará à CONCESSIONÁRIA contraprestação pecuniária, denominada CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, nos termos do ANEXO 4 - MECANISMO DE PAGAMENTO.

7.1.4. O cálculo da Contraprestação Mensal terá como ponto de partida o valor estabelecido na Proposta Comercial, correspondente a R\$ [] ([] reais).

7.1.5. A Contraprestação Mensal terá o seu primeiro reajuste contratual em 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, sendo reajustados anualmente, nos termos do Mecanismo de Pagamento.

7.1.6. Na hipótese de inadimplemento da obrigação de pagamento da Contraprestação Mensal, o débito será corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de multa de 2% (dois por cento) ao mês *pro rata temporis*, segundo a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal.

7.1.7. O atraso do pagamento da Contraprestação Mensal superior a 90 (noventa) dias conferirá a CONCESSIONÁRIA a faculdade de suspensão dos investimentos em curso, bem como a suspensão da atividade que não seja estritamente necessária à continuidade dos serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito à rescisão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas cabíveis.

7.1.8. A Contraprestação Mensal será composta por parcela variável em função do desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços e em função do atingimento dos marcos contratuais do plano de modernização do Parque de Iluminação Pública, conforme a aplicação dos Indicadores de



Desempenho.

7.1.9. Em decorrência da aplicação da subcláusula 7.1.8, as parcelas que compõem a Contraprestação Mensal poderão ser inferiores aos valores projetados na documentação constante da Proposta Comercial.

7.1.10. A verificação do atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA, ao longo da execução do Objeto da Concessão, será realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos da Cláusula 9 abaixo.

7.1.11. Para pagamento da Contraprestação Mensal será observado o disposto no ANEXO 4 - MECANISMO DE PAGAMENTO.

7.1.12. Nenhum pagamento isentará a CONCESSIONÁRIA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços prestados.

7.2. DAS RECEITAS ACESSÓRIAS

7.2.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, ou de projetos associados nas áreas integrantes da CONCESSÃO, utilizáveis para a obtenção de qualquer espécie de receita, desde que tal exploração não comprometa os padrões de qualidade previstos nas normas e procedimentos integrantes do CONTRATO e também que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente.

7.2.2. O prazo de todos os contratos de exploração comercial referentes às RECEITAS ACESSÓRIAS celebradas pela CONCESSIONÁRIA não poderá ultrapassar o prazo da Concessão.



7.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá compartilhar com o PODER CONCEDENTE os ganhos econômicos decorrentes das fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS por ela exploradas, mantendo, para tanto, contabilidade específica de cada contrato que eventualmente venha a celebrar, conforme previsto na Cláusula 10.3.

CLÁUSULA VIII - DA RELAÇÃO COM TERCEIROS

8.1. DOS CONTRATOS COM TERCEIROS

8.1.1. Para a execução dos SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA utilizará seus empregados e poderá, sob seu risco e responsabilidade, contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS, bem como a implementação de projetos associados.

8.1.2. Sem prejuízo de suas responsabilidades e dos riscos previstos neste Contrato, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes ou acessórias à Concessão.

8.1.3. O conhecimento do PODER CONCEDENTE acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO.

8.1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar, desde que solicitado pelo PODER CONCEDENTE, que os terceiros contratados tenham experiência pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com as obrigações assumidas, desde que necessária essa experiência para a finalidade a que se destinar a contratação de referidos terceiros.

8.1.5. O fato de o contrato ter sido de conhecimento do PODER



CONCEDENTE não poderá ser alegado pela CONCESSIONÁRIA para eximir-se do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO, ou justificar qualquer atraso ou modificação nos custos e investimentos sob sua responsabilidade.

8.1.6. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros subcontratados reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros subcontratados e o PODER CONCEDENTE.

8.1.7. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato. A CONCESSIONÁRIA terá responsabilidade objetiva pelos danos que seus empregados ou terceiros contratados, nessa qualidade, causarem aos USUÁRIOS e a terceiros, ressalvado direito de regresso contrato o responsável nos casos de dolo ou culpa.

8.1.8. Os empregados e terceiros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ter capacidade técnica compatível com as melhores práticas para o desempenho de suas atividades, desde que necessária essa capacidade para a finalidade a que se destinar a contratação dos referidos terceiros e empregados.

8.1.9. A CONCESSIONÁRIA assume total e exclusiva responsabilidade de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentaria ou qualquer outra relativa aos seus, subcontratados, empregados e terceirizados, ressalvado direito de regresso contrato o responsável nos casos de dolo ou culpa.

8.1.10. A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo decorrente de condenação judicial que este venha a sofrer em virtude de atos praticados



pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, que comprovadamente sejam a causa determinante do prejuízo.

8.1.11. A CONCESSIONÁRIA deverá também indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais, direta ou indiretamente, venha a arcar em função das ocorrências descritas na cláusula 13.2, desde que comprovadamente sejam a causa determinante do prejuízo.

8.1.13. Fica facultado ao PODER CONCEDENTE abater do valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL os valores decorrentes da aplicação das Cláusulas 13.2 e 13.3.

8.1.14. A CONCESSIONÁRIA responde, também, pelos prejuízos causados a terceiros pelas entidades subcontratadas para a execução de atividades vinculadas à CONCESSÃO, desde que os prejuízos tenham ocorrido exclusivamente em função da CONCESSÃO.

CLÁUSULA IX - DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. DA FISCALIZAÇÃO

9.1.1. A fiscalização da Concessão, abrangendo todas as atividades da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo do Contrato, será executada pelo PODER CONCEDENTE, com exceção da mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, que será realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

9.1.2. A CONCESSIONÁRIA facultará ao PODER CONCEDENTE, ou a



qualquer outra entidade por este indicada, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à Concessão, aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como aos livros, registros e documentos relacionados aos ENCARGOS abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre estes, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

9.1.3. O PODER CONCEDENTE poderá demandar a CONCESSIONÁRIA, a qualquer tempo e sob qualquer circunstância, informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como medições e prestações de contas.

9.1.4. O PODER CONCEDENTE, diretamente ou por meio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da CONCESSIONÁRIA, ou solicitar que esta execute às suas expensas, consoante programa a ser estabelecido de comum acordo pelas Partes, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações utilizados na CONCESSÃO, desde que estritamente necessário.

9.1.5. As determinações que o PODER CONCEDENTE fizer, no âmbito de seus poderes de fiscalização, deverão ser imediatamente analisadas pela CONCESSIONÁRIA, tendo até 48 (quarenta e oito) horas para sua discordância, momento em que o Poder Concedente deverá analisar as razões da discordância.

9.1.6. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE poderá:

- (i) acompanhar a execução das OBRAS e a prestação dos SERVIÇOS e FORNECIMENTOS, bem como a conservação dos BENS REVERSÍVEIS;



- (ii) Proceder a vistorias para a verificação da adequação das instalações e equipamentos;
- (iii) Intervir na execução dos ENCARGOS, quando necessário, de modo a assegurar a respectiva regularidade e o fiel cumprimento deste CONTRATO e das normas legais pertinentes;
- (iv) Determinar que sejam refeitas obras, atividades e serviços, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem satisfatórias conforme critérios objetivamente técnicos e não respeitarem as:
 - a) Normas Técnicas;
 - b) Normas Regulamentadoras;
 - c) Diretrizes para projetos de Iluminação Pública do Município de Campos dos Goytacazes.
- (v) Aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO, resguardados, em todo caso, os direitos ao contraditório e à ampla defesa.
- (vi) Preparar relatório mensal referente ao SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, conforme ANEXO 3 do CONTRATO.

9.2. DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONCESSÃO

9.2.1. Observados os termos deste CONTRATO e de seus ANEXOS, o planejamento e a execução material dos ENCARGOS pertinentes à CONCESSÃO são atribuições da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da permanente orientação do PODER CONCEDENTE, para maior eficiência e melhoria da qualidade dos serviços e atividades, nos termos apresentados neste CONTRATO e seus ANEXOS.



9.2.2. Na exploração da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA terá liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste CONTRATO, da legislação específica, das normas regulamentares, das instruções e determinações do PODER CONCEDENTE.

9.2.3. Além das melhorias pontuais na execução dos ENCARGOS, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar ao PODER CONCEDENTE proposta de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e supervisão do Objeto da CONCESSÃO.

9.2.4. O PODER CONCEDENTE poderá recorrer a serviços técnicos externos para acompanhamento do OBJETO deste CONTRATO, inclusive com vistas à melhoria de sua qualidade.

9.3. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.3.1. O PODER CONCEDENTE será responsável pela aplicação das disposições do presente CONTRATO e do EDITAL, bem como na eventual liquidação de valores decorrentes de pedido de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO e do pagamento de indenizações.

9.3.2. Os RELATÓRIOS MENSAIS DE INDICADORES relativos aos SISTEMAS DE INDICADORES DE DESEMPENHO serão emitidos pela CONCESSIONÁRIA e encaminhados ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE em periodicidade mensal e em conformidade com as normas estabelecidas nos SISTEMAS DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

9.3.3. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA após cada apuração mensal constante nos relatórios do



VERIFICADOR INDEPENDENTE vigorará até a realização de nova apuração mensal e fixação de novo valor.

9.3.4. A CONCESSIONÁRIA comunicará ao AGENTE FIDUCIÁRIO e ao PODER CONCEDENTE a respeito do valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL a ser paga pelo PODER CONCEDENTE, mediante envio de relatório do VERIFICADOR INDEPENDENTE ou, na ausência deste, do RELATÓRIO MENSAL DE INDICADORES elaborado pela CONCESSIONÁRIA.

9.4. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

9.4.1. O PODER CONCEDENTE se valerá de serviço técnico de verificação independente para auxiliá-lo no acompanhamento da execução do presente CONTRATO, bem como na avaliação do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, no cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, na forma dos ANEXOS 3 e 4, e na aferição do cumprimento das demais obrigações por ela assumidas, podendo auxiliar o PODER CONCEDENTE, ainda, em eventual liquidação de valores decorrentes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO e do pagamento de indenizações à CONCESSIONÁRIA, e do fluxo de caixa marginal.

9.4.1.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, no exercício de suas atividades e sob a orientação do PODER CONCEDENTE, realizará as diligências necessárias ao cumprimento de suas funções, realizando levantamentos e medições de campo e colhendo informações junto à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados da CONCESSÃO.

9.4.1.2. A contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE e os custos relacionados caberão ao PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação aplicável.



- 9.4.1.3. Faculta-se ao PODER CONCEDENTE o direito à substituição do VERIFICADOR INDEPENDENTE em caso de baixo desempenho no exercício de suas funções.
- 9.4.1.4. O VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá ser substituído por decisão unilateral do PODER CONCEDENTE.
- 9.4.1.5. A aferição realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e os relatórios por ele produzidos serão emitidos conforme a periodicidade e demais requisitos estabelecidos no ANEXO 3 da MINUTA DO CONTRATO.

CLÁUSULA X - DOS RISCOS, GANHOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. DO COMPARTILHAMENTO DOS RISCOS

10.1.1. Sempre que for mantida relação que as PARTES pactuaram inicialmente entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e a retribuição do PODER CONCEDENTE para a justa remuneração da CONCESSÃO considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

10.1.2. Os critérios para reajustamento da Contraprestação Mensal visando preservar o seu valor estão fixados no item 7.1.5. deste Contrato e não se confunde o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

10.1.3. Alocação de Riscos:

- 10.1.3.1. Constituem riscos suportados exclusivamente pelo PODER CONCEDENTE, que poderão ensejar REEQUILÍBRIO

**ECONÔMICO- FINANCEIRO DO CONTRATO:**

(i) Perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados, inclusive em virtude de acidentes de trânsito, aos BENS REVERSÍVEIS, que ultrapassem o limite definido na apólice de seguros contratada pela CONCESSIONÁRIA;

(ii) Alterações na legislação ou regulamentação pertinente, inclusive alterações sobre as normas técnicas brasileiras referentes à ILUMINAÇÃO PÚBLICA;

(iii) Necessidade de alteração e/ou instalação de nova tipologia de LUMINÁRIAS em LOGRADOUROS PÚBLICOS dotados de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA já modernizados anteriormente pela CONCESSIONÁRIA, em razão da mudança, durante a CONCESSÃO, do perfil (categoria) das vias públicas, conforme as normas técnicas aplicáveis e disposto no CONTRATO;

(iv) Superveniência de quaisquer restrições advindas de órgãos ou entidades do patrimônio histórico que ensejem a adaptação, supressão e/ou refazimento dos sistemas de ILUMINAÇÃO PÚBLICA já modernizados pela CONCESSIONÁRIA;

(v) Comprometimento da normal execução dos SERVIÇOS em razão de manifestações sociais e/ou públicas que (i) não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil há pelo menos 2 (dois) anos, por pelo menos 2 (duas) empresas seguradoras e desde que a CONCESSIONÁRIA não tenha dado causa ou contribuído para a ocorrência de tais eventos, ou (ii) com

relação à parcela excedente à média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticadas no mercado, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;

(vi) Superveniência, por qualquer motivo alheio à CONCESSIONÁRIA, de cobrança de valores (inclusive pela própria DISTRIBUIDORA) pelo uso de ativos de distribuição de energia elétrica para a instalação de equipamentos e materiais utilizados exclusivamente na prestação do serviço de ILUMINAÇÃO PÚBLICA; de cobrança de valores, junto à CONCESSIONÁRIA, pelo uso do solo e subsolo, para instalação de equipamentos e materiais utilizados exclusivamente na prestação dos serviços OBJETO do CONTRATO;

(vii) Custos de remoção e/ou supressão de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, incluindo-se a infraestrutura relacionada, como braços e conectores, em razão de solicitação expressa feita pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA por necessidade de modificações ou intervenções realizadas no sistema viário;

(viii) Criação, extinção, isenção ou alteração de tributos, base de cálculo ou encargos legais, exceto as mudanças nos Impostos sobre a Renda;

(ix) Falhas na prestação dos SERVIÇOS decorrentes da não cessão, pelo PODER CONCEDENTE, das obrigações operacionais à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

(x) Mudanças no PLANO ESTRATÉGICO e projetos dele decorrentes, por solicitação do PODER CONCEDENTE ou de outras entidades públicas, salvo se tais mudanças decorrerem da



não-conformidade do PLANO ESTRATÉGICO ou dos projetos com a legislação em vigor ou com as especificações do CONTRATO e ANEXOS.

(xi) Solicitações do PODER CONCEDENTE, das UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ADICIONAIS, em quantidade superior aos limites máximos definidos no ANEXO 2 - CADERNO DE ENCARGOS.

(xii) Custos decorrentes das solicitações do PODER CONCEDENTE para adequar os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA instalados diretamente por empreendedores, loteadores e terceiros aos padrões luminotécnicos da CONCESSÃO.

(xiii) Danos e prejuízos, incluindo o pagamento de eventuais indenizações, relativos ao passivo ambiental que tenham origem e não sejam conhecidos até a DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.

(xiv) Atrasos decorrentes da demora na obtenção de licenças e alvarás quando os prazos de análise do órgão responsável pela emissão das licenças ultrapassarem as previsões legais e regulamentares, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA.

(xv) Atraso ou omissão do PODER CONCEDENTE nas providências que lhe cabem, dos quais resulte alteração do resultado econômico da CONCESSÃO.

(xvi) Ocorrência de greves dos empregados do PODER CONCEDENTE.



(xvii) Alteração legislativa, decisão judicial ou administrativa que impacte, impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de prestar integral ou parcialmente os ENCARGOS, ou que interrompa ou suspenda o reajuste ou pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, a constituição, a reposição ou a substituição da GARANTIA PÚBLICA, de acordo com o estabelecido neste CONTRATO, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa a tal decisão;

(xviii) Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais, incluindo, mas não a tanto se limitando, o inadimplemento do pagamento ou ao descumprimento de prazos aplicáveis ao PODER CONCEDENTE, previstos neste CONTRATO e/ou na legislação vigente;

(xix) Imposição de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO DE CONCESSÃO, pelo PODER CONCEDENTE, que provoquem impacto nos custos e ENCARGOS da CONCESSIONÁRIA;

(xx) Imposição de obrigação a CONCESSIONÁRIA, para a realização de transformação de fiação relativa ao objeto da CONCESSÃO para rede subterrânea;

(xxi) Investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes das desapropriações, inclusive desapropriação indireta, instituição de servidões administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens;

(xxii) Atraso nas desapropriações, instituição de servidões



administrativas, imposição de limitações administrativas ou ocupação provisória de bens móveis necessárias à execução contratual, não imputável a CONCESSIONÁRIA;

(xxiii) Eventos e solicitações especiais, exceto aqueles já previstos no ANEXO 2 - CADERNO DE ENCARGOS e no ANEXO 4 - MECANISMO DE PAGAMENTO;

(xxiv) Custos relacionados ao fornecimento de energia elétrica, tais como custos de suprimento de energia, tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, bem como outros encargos setoriais aplicáveis;

(xxv) Passivos e ações originárias de serviços prestados anteriormente à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO DE CONCESSÃO;

(xxvi) Alterações na legislação ou regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos, incluindo, mas não se limitando a instituição ou interpretação de incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre o OBJETO do presente CONTRATO, ou encargos e das exigências para gestão e operação de Rede de Iluminação Pública, que alterem a composição econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;

(xxvii) Custos de recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionados à CONCESSÃO, originados anteriormente à DATA DE EFICÁCIA;

(xxviii) Interrupção na prestação dos ENCARGOS ou danos



por eventos caracterizados como CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR;

(xxix) Prejuízos, interrupções ou descumprimento das obrigações contratuais em decorrência de falhas ou interrupção na distribuição de energia elétrica, decorrentes de blackout, racionamento ou apagão no âmbito do sistema elétrico sob responsabilidade da DISTRIBUIDORA, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA não será responsabilizada, não terá seus INDICADORES DE DESEMPENHO impactados e tampouco sofrerá qualquer espécie de sanção em decorrência do descumprimento das METAS QUANTITATIVAS;

10.1.3.2. A CONCESSIONÁRIA assume todos os demais riscos inerentes à execução do CONTRATO, inclusive, mas a tanto não se limitando, aqueles a seguir especificados, os quais não ensejarão a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO caso venham a se materializar:

(i) Obtenção de licenças, permissões e autorizações relacionadas às atividades da CONCESSÃO;

(ii) Investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de compra ou manutenção dos equipamentos;

(iii) Estimativa incorreta do custo dos investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA, desde que o erro seja exclusivamente da CONCESSIONÁRIA.

(iv) Custos de instalação, operação e/ou manutenção de UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA nos logradouros públicos

já existentes, para atendimento dos parâmetros técnicos, de atualidade e de desempenho, para eliminação de pontos escuros ou para adequação em função da alteração da classificação da via, inclusive no que tange à necessidade de instalação, operação e manutenção de SISTEMA DE TELEGESTÃO.

(v) Interferências nas UNIDADES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA com as demais concessionárias de serviços públicos que prestem serviços da ÁREA DA CONCESSÃO ou em razão da presença de arborização.

(vi) Mudanças tecnológicas implantadas pela CONCESSIONÁRIA para atendimento da sua obrigação de atualidade ou inovações tecnológicas que não tenham sido solicitadas pelo PODER CONCEDENTE.

(vii) Custos decorrentes de danos ou desempenho dos equipamentos provenientes de mudanças tecnológicas implantadas pela CONCESSIONÁRIA para atendimento da sua obrigação de atualidade;

(viii) Custos decorrentes de danos, desempenho ou robustez dos equipamentos provenientes de mudanças tecnológicas solicitadas pelo PODER CONCEDENTE.

(ix) Atraso no cumprimento dos MARCOS DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO e demais prazos estabelecidos neste CONTRATO, consideradas eventuais prorrogações acordadas com o PODER CONCEDENTE.

(x) Mudanças no PLANO ESTRATÉGICO ou nos projetos, por iniciativa da CONCESSIONÁRIA.

(xi) Erro em seus projetos, as falhas na prestação dos SERVIÇOS e os erros ou falhas causadas pelos seus subcontratados, empregados ou terceirizados.

(xii) Segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na execução do objeto deste CONTRATO e/ou seus subcontratados.

(xiii) Aumento do custo de FINANCIAMENTO(S) assumido(s) para a realização de investimentos ou para o custeio dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO.

(xiv) Qualidade na prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, bem como o atendimento às especificações técnicas dos SERVIÇOS aos indicadores de desempenho do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO do ANEXO 3.

(xv) Atendimentos às metas de efficientização energética na forma prevista neste CONTRATO e demais efficientizações promovidas pela CONCESSIONÁRIA por sua iniciativa.

(xvi) Obsolescência, a robustez e o pleno funcionamento da tecnologia empregada pela CONCESSIONÁRIA na CONCESSÃO, inclusive aquela utilizada para garantir o tráfego de dados e de informações no âmbito do SISTEMA DE TELEGESTÃO da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

(xvii) Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente decorrentes da prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física



ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO.

(xviii) Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou, omissão no cumprimento do objeto deste CONTRATO.

(xix) Todos os riscos relacionados à exploração das ATIVIDADES RELACIONADAS.

(xx) Constatação superveniente de erros ou omissões em sua PROPOSTA COMERCIAL.

(xxi) Adequação e atualidade da tecnologia empregada para execução dos SERVIÇOS.

(xxii) Contratação das apólices de seguros, bem como sua abrangência, cobertura e adequação ao OBJETO da CONCESSÃO.

(xxiii) Eventual perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos BENS VINCULADOS não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA ou pela garantia do fabricante, inclusive os decorrentes de atos de vandalismo e atos decorrentes de manifestações sociais e/ou públicas.

(xxiv) Gastos resultantes de defeitos ocultos em BENS VINCULADOS referidos no ANEXO 1.

(xxv) Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros.



(xxvi) Variação das taxas de câmbio.

(xxvii) Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO.

(xxviii) Recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionado à CONCESSÃO, originado posteriormente à DATA DE EFICÁCIA, inclusive o passivo ambiental referente à destinação final dos equipamentos e bens utilizados nos serviços prestados e à exploração de receitas decorrentes de ATIVIDADES RELACIONADAS.

(xxix) Inflação superior ou inferior aos índices de reajuste previstos no CONTRATO para o mesmo período;

(xxx) Interrupção ou falha de fornecimento de materiais, insumos e serviços pelos seus contratados.

(xxxi) Eventual majoração nos custos dos equipamentos e do mobiliário entre a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e a efetiva aquisição dos mesmos.

(xxxii) Planejamento empresarial, financeiro, econômico, tributário e contábil da CONCESSÃO e da CONCESSIONÁRIA.

(xxxiii) Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou SUBCONTRATADAS decorrentes da execução da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao



PODER CONCEDENTE.

(xxxiv) Quaisquer outros riscos afetos à execução do objeto da CONCESSÃO, que não estejam expressamente previstos na cláusula 10.1.3.1.

(xxxv) Impacto na remuneração pretendida pelo investidor em razão do pagamento de penalidades pela CONCESSIONÁRIA;

(xxxvi) Riscos que sejam objeto de cobertura de seguros previstos neste CONTRATO;

(xxxvii) Recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionado à CONCESSÃO, originados pela CONCESSIONÁRIA posteriormente à DATA DE EFICÁCIA;

(xxxviii) Os riscos relacionados à exploração das atividades acessórias ao OBJETO do CONTRATO;

(xxxix) Risco de *compliance* pela infraestrutura existente, de forma que eventuais casos de ilegalidade encontrada na INFRAESTRUTURA da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA existente não conferirão a CONCESSIONÁRIA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO do CONTRATO ou direito ao ressarcimento pelos valores despendidos pela correção da ilegalidade, desde que tal ilegalidade seja imputável à CONCESSIONÁRIA;

(xl) Queima de equipamentos por variação de tensão ou outras falhas decorrentes do fornecimento de energia e/ou na corrente de energia elétrica;



(xli) Irregularidade dos BENS DA CONCESSÃO que estejam em discordância dos parâmetros indicados no CONTRATO ou na legislação vigente;

10.1.3.3. A CONCESSIONÁRIA somente poderá demandar a revisão extraordinária do CONTRATO se comprovar que o evento gerou impacto no equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, exceto nas hipóteses previstas em normas como de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONARIA, além das elencadas de forma exemplificativa no presente Contrato, inclusive no seu item 10.1.3.2.

10.1.3.4. Na hipótese de ser constatado, ao final do cadastro a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, que a quantidade total de PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA existente é 2% superior ou inferior ao quantitativo indicado na definição dos BENS DA CONCESSÃO e no CADERNO DE ENCARGOS, as PARTES terão conforme o caso, direito ao REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, o qual será calculado de acordo com a subcláusula 10.2:

10.2. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.2.1. Sempre que for mantida relação que as PARTES pactuaram inicialmente entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e a retribuição do PODER CONCEDENTE para a justa remuneração da CONCESSÃO considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

10.2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO nas hipóteses previstas na subcláusula 10.1.3.1., mas não a tanto se limitando.



10.2.3. O PODER CONCEDENTE poderá solicitar a recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, quando cabível, nos termos da lei e nas hipóteses previstas neste Contrato, desde que devidamente fundamentada a quebra do equilíbrio.

10.2.4. A recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO se dará por meio da aplicação do Fluxo de Caixa Marginal, nos seguintes termos:

- (i) O processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando (a) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição; (b) os fluxos das receitas marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição.
- (ii) Para eventos de desequilíbrio já ocorridos, a taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente será composta pela média dos últimos 03 (três) meses da taxa bruta de juros de venda do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antigas Notas do Tesouro Nacional Série B - NTN-B), *ex-ante* a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em [•], publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, acrescida de um prêmio de risco de 2% a.a. (dois por cento ao ano).
- (iii) Para impactos futuros, a taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente será composta pela média dos últimos 03 (três) meses da taxa bruta de juros de venda do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (antigas Notas do Tesouro Nacional



Série B - NTN-B), ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em [...], publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data de formalização do reequilíbrio mediante assinatura do correspondente aditivo contratual, acrescida de um prêmio de risco de 2% a.a. (dois por cento ao ano).

(iv) Em caso de extinção ou de recompra pelo Governo Federal dos títulos de que tratam as subcláusulas acima, as PARTES estipularão de comum acordo a nova metodologia de cálculo da taxa de desconto real anual e prêmio de risco a ser adotada.

(v) Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis e atualizadas para se estimar o valor dos investimentos, dos custos e das despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, tomando-se por base as melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO.

(vi) Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE, e não previstos neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA, previamente ao processo de recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, a elaboração de projetos básico e executivo contendo todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra ou serviço sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, observado, para todos os efeitos, o disposto na subcláusula anterior.

10.2.5. O final do procedimento indicado na subcláusula 10.2.4, caso a recomposição tenha sido julgada cabível, as PARTES acordarão uma ou

mais formas de recomposição que julgarem adequadas, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) Aumento ou redução do valor da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL;
- (ii) Pagamento à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, de valor correspondente aos investimentos, custos ou despesas adicionais com os quais tenham concorrido ou de valor equivalente à perda de receita efetivamente advinda;
- (iii) Modificação de obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE;
- (iv) Prorrogação do prazo contratual.

10.2.6. Os meios enumerados na subcláusula 10.2.5 acima poderão ser combinados para obtenção da adequada recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO do CONTRATO.

10.2.7. Os processos de recomposição do EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no Contrato.

10.2.8. O prazo máximo para a conclusão dos procedimentos administrativos objetivando à revisão ordinária do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias.

10.3. DO COMPARTILHAMENTO DOS GANHOS ECONÔMICOS ENTRE CONCESSIONÁRIO E PODER CONCEDENTE

10.3.1. Será garantido à SPE o direito a auferir outras fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias aos serviços prestados no âmbito do CONTRATO e realizar a execução de projetos associados ao objeto contratual, desde que a exploração de tais fontes não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

10.3.1.1. A exploração dessas fontes de receitas deverá se dar na ÁREA DE CONCESSÃO, através da venda de serviços, materiais ou equipamentos correlatos ao objeto da CONCESSÃO a entes públicos ou privados.

10.3.2. A SPE deverá solicitar ao PODER CONCEDENTE a permissão para exploração dessas fontes de receita.

10.3.2.1. O PODER CONCEDENTE deverá analisar o pedido da SPE no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, proferindo decisão fundamentada, com o deferimento ou não do pedido.

10.3.2.2. Em caso de indeferimento, a SPE terá direito a recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias, à autoridade superior.

10.3.2.3. O recurso deverá ser analisado e a decisão acerca do mérito proferida no prazo de 15 (quinze) dias.

10.3.3. Fica vedada a implantação de serviço que venha a prejudicar a Administração ou os usuários dos serviços objeto deste CONTRATO.

10.3.4. A exploração por parte da SPE de fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados a esta concessão, ensejará o pagamento do montante correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos lucros apurados da exploração correspondente.

10.3.5. Os valores resultantes do compartilhamento poderão ser negociados entre as PARTES para redução do percentual de compartilhamento com o PODER CONCEDENTE, nas hipóteses em que o compartilhamento pré-estabelecido na subcláusula acima inviabilizar a exploração da ATIVIDADE RELACIONADA.

10.3.6. A SPE deverá pagar ao PODER CONCEDENTE a parte que



lhe seja cabível, conforme mecanismo estabelecido no ANEXO 4 - MECANISMO DE PAGAMENTO.

10.3.6.1. Caso haja inadimplência de qualquer dos clientes da SPE na prestação de serviços tratados por esta cláusula, o PODER CONCEDENTE deverá ser comunicado, mas se manterá a obrigação de pagamento da SPE ao PODER CONCEDENTE dos montantes pendentes.

10.3.6.2. O não pagamento por parte da SPE da parte cabível ao PODER CONCEDENTE das receitas complementares, nos moldes e prazos previstos nesta CLÁUSULA, ensejará o bloqueio do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO, até que o inadimplemento da SPE seja sanado.

10.3.7. As principais fontes de receitas acessórias e alternativas previstas para este CONTRATO são as seguintes:

10.3.7.1. Venda de serviços de transmissão de dados através da utilização do sistema de telegestão da iluminação nas vias públicas;

10.3.7.2. Venda de serviços de operação e manutenção de redes de energia elétrica e iluminação externa e interna a outros entes privados ou públicos;

10.3.7.3. Venda de serviços de execução de projetos elétricos e de iluminação a outros entes privados ou públicos;

10.3.7.4. Venda de bens integrantes do ativo imobilizado, a exemplo de luminárias, braços, reatores, postes, etc., que tenham atingido sua vida útil e estejam inservíveis para uso, salvo aqueles considerados bens afetados a uma finalidade pública e que possuam regras próprias de alienação previstas em lei.

10.3.8. O PODER CONCEDENTE deverá analisar a possibilidade de

autorização para exploração, por parte da SPE, de outras fontes de receita não constantes no item 10.3.7, desde que estejam relacionadas ao objeto do CONTRATO, nos moldes procedimentais, prazos e demais condições previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA XI - DAS GARANTIAS E SEGUROS

11.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA

11.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter, em favor do PODER CONCEDENTE, para eficácia e fiel cumprimento das obrigações contratuais, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis antes da data de assinatura do CONTRATO, GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do VALOR TOTAL DO CONTRATO.

11.1.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA servirá para cobrir:

- (i) O ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE, face ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA, para levar a efeito obrigações e responsabilidades desta;
- (ii) O pagamento de multas que forem aplicadas a CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais, conforme os termos do CONTRATO.
- (iii) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO; e
- (iv) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONCESSIONÁRIA.



11.1.3. Se o valor das multas impostas à CONCESSIONÁRIA for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva notificação, sob pena de cobrança.

11.1.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO referida neste CLÁUSULA poderá assumir qualquer das seguintes modalidades:

(i) Caução em dinheiro;

(ii) Títulos da dívida pública brasileira, não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

(iii) Fiança bancária emitida por INSTITUIÇÃO FINANCEIRA autorizada a funcionar no País, em favor do PODER CONCEDENTE;

(iv) Seguro-garantia emitido por companhia seguradora brasileira autorizada a funcionar no país, em favor do PODER CONCEDENTE.

11.1.5. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor o valor integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da sua utilização ou da respectiva notificação pelo PODER CONCEDENTE.

11.1.6. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade.

11.1.7. As despesas referentes à prestação da garantia de execução do contrato serão exclusivamente de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.



11.1.8. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de 1 (um) ano, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONCESSIONÁRIA, vinculada à reavaliação do risco.

11.1.9. A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, em até 15 (quinze) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

11.1.10. No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do PODER CONCEDENTE, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência da CONCESSIONÁRIA e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

11.1.11. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO será reajustada anualmente, na mesma data e pela mesma fórmula aplicável ao reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL.

11.1.12. Sempre que se verificar o reajuste da garantia de execução do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá complementá-la, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da vigência do reajuste, de modo a manter inalterada a proporção fixada nesta cláusula.

11.1.13. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no CONTRATO e na regulamentação vigente, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser utilizada, mediante a devida comprovação da ocorrência, nos seguintes casos:



(i) Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não cumprir com as obrigações previstas no CONTRATO ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

(ii) Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas ou indenizações que lhe forem impostas, na forma do CONTRATO;

(iii) Na hipótese de entrega de BENS REVERSÍVEIS em desconformidade com as exigências estabelecidas no CONTRATO;

(iv) Declaração de caducidade, na forma da cláusula 16.4.

11.1.14. A CONCESSIONÁRIA permanecerá responsável pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, independentemente da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

11.1.15. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente conforme previsto no artigo 56, §4º da Lei nº 8.666/93.

11.1.16. A restituição ou liberação da garantia dependerá de comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da CONCESSIONÁRIA e da expedição do ANEXO 8 - Aceite de atividades concluídas.

11.2. DA GARANTIA PÚBLICA

11.2.1. A GARANTIA PÚBLICA poderá, além dos recursos da COSIP,

ser constituída por quaisquer mecanismos admitidos em lei, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.079/2004, além da possibilidade de utilização de um Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, quando da sua constituição.

11.2.2. O PODER CONCEDENTE utilizar-se-á da CONTA-GARANTIA, pela qual transitarão, os recursos da COSIP, para a constituição da GARANTIA PÚBLICA, de acordo com os ANEXO 7 e 7-A, nos seguintes termos:

I.A garantia convencionada por meio desta subcláusula compreenderá a obrigação de pagamentos de CONTRAPRESTAÇÕES e demais valores devidos pelo PODER CONCEDENTE nos termos deste CONTRATO;

II.Os recursos a serem dados em garantia pelo PODER CONCEDENTE, por meio da CONTA-GARANTIA, corresponderão ao depósito, em dinheiro, do montante da COSIP arrecadado mensalmente pelo PODER CONCEDENTE;

III.A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a contratar, às suas expensas, AGENTE FIDUCIÁRIO que será encarregado da gestão das contas GARANTIA e RESERVA. A contratação do AGENTE FIDUCIÁRIO será responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA e ocorrerá obrigatoriamente segundo as diretrizes gerais previstas neste contrato e anexos.

IV. A contratação acima mencionada será feita com a interveniência do PODER CONCEDENTE.

V. O contrato entre a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE FIDUCIÁRIO será submetido à aprovação prévia do PODER CONCEDENTE, que solicitará as alterações que entender necessárias.



- VI. Os recursos a serem depositados na CONTA-GARANTIA advirão da totalidade da COSIP arrecadada pelo PODER CONCEDENTE e deverão ser transferidos automaticamente para a CONTA-GARANTIA. Dos valores arrecadados e depositados, primeiro será realizado o pagamento da totalidade da Contraprestação Mensal devida à CONCESSIONÁRIA e depois o saldo remanescente deverá permanecer disponível para o Município para que ele possa realizar o pagamento da conta de iluminação pública à EMPRESA DISTRIBUIDORA, nos termos do Contrato de Conta-Garantia a ser firmado entre o PODER CONCEDENTE, o AGENTE FIDUCIÁRIO e a CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 7. Caso o valor do saldo remanescente não seja suficiente para o pagamento da conta de iluminação pública, o Município deverá utilizar outros recursos para a quitação
- VII. Será aberta e mantida aberta, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, a CONTA-GARANTIA junto ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual se destinará exclusivamente a manutenção dos valores que garantirão os pagamentos devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, e na qual serão depositados recursos advindos da arrecadação da COSIP;
- VIII. O PODER CONCEDENTE tomará todas as medidas que sejam necessárias à utilização dos recursos da COSIP aqui mencionados como garantia dos pagamentos por ele devidos a CONCESSIONÁRIA no âmbito desta;
- IX. O AGENTE FIDUCIÁRIO será autorizado, pelo PODER CONCEDENTE, de forma irrevogável e irretratável, e estará obrigado, perante a CONCESSIONÁRIA ou os FINANCIADORES, caso a

CONCESSIONÁRIA tenha se utilizado da faculdade prevista na subcláusula 11.3, a movimentar os recursos depositados na CONTA-GARANTIA, exclusivamente nas hipóteses previstas no ANEXO 7 - MODELO DE CONTRATO COM AGENTE FIDUCIÁRIO;

X. Para a implementação da garantia prevista nesta cláusula, por meio da utilização da GARANTIA PÚBLICA, o PODER CONCEDENTE, o AGENTE FIDUCIÁRIO e a CONCESSIONÁRIA celebrarão, como condição precedente para a assinatura deste CONTRATO, o contrato de CONTA-GARANTIA, cujo modelo constitui o ANEXO 7.

11.2.3. Sempre que houver o inadimplemento da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL ou de quaisquer outros valores devidos pelo PODER CONCEDENTE no âmbito deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA notificará o AGENTE FIDUCIÁRIO, de forma que serão transferidos a ela os recursos da COSIP no montante total dos valores inadimplidos.

11.2.4. Em caso de extinção da CONCESSÃO, sem que haja o adimplemento dos valores devidos pelo PODER CONCEDENTE a CONCESSIONÁRIA, os recursos advindos da cobrança da COSIP continuarão a ser transferidos, mensalmente, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO a ela até que haja a quitação do valor total da dívida.

11.2.5. Caso, por qualquer motivo, os valores da COSIP não sejam suficientes para a cobertura integral da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL devida a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE obriga-se, em até 30 (trinta) dias contados da data da insuficiência, a complementar a GARANTIA PÚBLICA em favor da CONCESSIONÁRIA.

11.2.6. Caso a CONTA-GARANTIA não seja complementada no prazo acima previsto, a CONCESSIONÁRIA poderá suspender os investimentos em



curso e qualquer atividade que não seja estritamente necessária à continuidade de serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito à rescisão contratual.

11.2.7. Caso, por qualquer motivo, a garantia constituída por meio da CONTA-GARANTIA seja extinta ou desconstituída, o PODER CONCEDENTE obriga-se a substituí-la(s) por outra de igual liquidez e que seja(m) aceita(s) pela CONCESSIONÁRIA e por seus FINANCIADORES.

11.3. DA GARANTIA DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO DO FINANCIADOR PERANTE A CONCESSIONÁRIA

11.3.1. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA vir a celebrar contrato de financiamento com terceiros para a execução do OBJETO do CONTRATO, poderá oferecer-lhes em garantia, nos termos dos artigos. 28 e 28-A da Lei Federal nº 8.987/1995, os direitos emergentes da CONCESSÃO, na forma deste CONTRATO.

I.A oferta, em garantia, dos direitos emergentes da CONCESSÃO no(s) FINANCIAMENTO(S) vinculado(s) ao OBJETO do CONTRATO somente poderá ocorrer até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da CONCESSÃO.

II.As ações de emissão da CONCESSIONÁRIA poderão, mediante prévia comunicação ao PODER CONCEDENTE, ser dadas em garantia de FINANCIAMENTO(S), ou como contra garantia de operações diretamente vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, estando a sua execução, porém, condicionada à prévia autorização do PODER CONCEDENTE, observando-se o disposto nas cláusulas 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4 abaixo.



11.3.2. É permitida a cessão, pela CONCESSIONÁRIA, de direitos decorrentes deste CONTRATO a terceiros, bem como a execução de pagamento direto, em nome do FINANCIADOR DA CONCESSIONÁRIA, das obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO, e de quaisquer outros valores a que a CONCESSIONÁRIA tenha direito ao recebimento no bojo da CONCESSÃO, tais como os relativos à remuneração de exceção, de indenizações devidas a ela pelo PODER CONCEDENTE, de valores referentes à execução da GARANTIA PÚBLICA e os relativos a RECEITAS ACESSÓRIAS.

11.3.3. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão outorgar aos FINANCIADORES, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual pela CONCESSIONÁRIA dos referidos contratos de financiamento ou deste CONTRATO.

I.A autorização do PODER CONCEDENTE para a assunção da CONCESSÃO de que trata a subcláusula anterior será outorgada mediante a comprovação, por parte do(s) FINANCIADOR(ES), de que atende(m) aos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal aplicáveis, previstos no Edital.

II.Sem prejuízo do disposto na subcláusula 3.3.3 deste CONTRATO, o pedido para a autorização da assunção do controle, que será apresentado por escrito pela CONCESSIONÁRIA e pelo(s) FINANCIADOR(ES), deverá contemplar as justificativas e demais elementos que possam subsidiar a análise do pedido pelo PODER CONCEDENTE, dentre os quais:

- a. cópia de atas de reuniões de sócios ou acionistas da CONCESSIONÁRIA;
- b. correspondências trocadas sobre o assunto entre os interessados;



- c. relatórios de auditoria;
- d. demonstrações financeiras; e
- e. outros documentos pertinentes.

III.A assunção do controle da CONCESSIONÁRIA nos termos desta Cláusula não alterará as suas obrigações e de seus sócios ou acionistas controladores perante o PODER CONCEDENTE.

11.4. DOS SEGUROS

11.4.1. A CONCESSIONÁRIA, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, deverá assegurar a existência e manutenção em vigor, durante todo o prazo de duração da CONCESSÃO, das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO, em condições aceitáveis pelo PODER CONCEDENTE e compatíveis com a regulação setorial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e as práticas do Mercado Segurador Brasileiro.

11.4.2. Nenhuma obra ou serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as apólices dos seguros exigidos neste CONTRATO se encontram em vigor, nas condições estabelecidas, podendo ser apresentadas apólices provisórias, desde que as garantias estejam sempre cobertas conforme exigido neste CONTRATO.

11.4.3. As apólices devem ser contratadas com seguradoras de primeira linha autorizadas a operar no Brasil, assim entendidas aquelas cuja classificação de força financeira em escala nacional seja igual ou superior a "Aa2.br", "brAA" ou "A(bra)", conforme divulgado pelas agências de risco Moody's, Standard & Poors ou Fitch, respectivamente.

11.4.4. O PODER CONCEDENTE deverá ser indicado como



cossegurado nas apólices de seguros referidas neste Contrato, cabendo-lhe autorizar previamente o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices contratadas pela CONCESSIONÁRIA, bem como a alteração nas coberturas e demais condições correspondentes, a fim de se assegurar a adequação dos seguros a novas situações que ocorram durante o período do CONTRATO.

11.4.5. As instituições financeiras que realizem empréstimos poderão ser incluídas nas apólices de seguro, na condição de cosseguradas ou beneficiárias.

11.4.6. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial.

11.4.7. Em caso de descumprimento pela CONCESSIONÁRIA da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata este EDITAL, o PODER CONCEDENTE poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios das referidas apólices, correndo os respectivos custos por conta exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

11.4.8. O não-reembolso, em caráter imediato, pela CONCESSIONÁRIA, das despesas realizadas pelo PODER CONCEDENTE, autoriza a intervenção na CONCESSÃO, pelo período necessário para assegurar o ressarcimento.

11.4.9. A CONCESSIONÁRIA fará e manterá em vigor, no mínimo, os seguintes seguros:

I. Responsabilidade Civil: referente à responsabilidade civil de operações de concessionários ou não de serviços públicos de



produção e distribuição de energia elétrica, com a cobertura de R\$ [•]
([•] reais);

II.Auto RCF-V: abrangendo danos corporais e danos materiais causados a terceiros por veículos utilizados pela CONCESSIONÁRIA, com danos materiais (DM) e danos corporais sob garantia única, com cobertura de R\$ [•],00 ([•] reais);

III.Multirrisco Empresarial: abrangendo danos materiais, incluindo lucros cessantes.

11.4.10. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer ao PODER CONCEDENTE, em prazo não superior a 15 (quinze) dias do fim da vigência de cada apólice, certificado emitido pela seguradora confirmando que as apólices de seguros contratados serão renovadas e que os respectivos prêmios serão cobrados de acordo com a negociação na ocasião da renovação.

11.4.11. As instituições financeiras que realizem empréstimos ou coloquem no mercado obrigações de emissão da CONCESSIONÁRIA poderão ser incluídas nas apólices de seguro, na condição de cosseguradas ou de beneficiárias.

11.4.12. A CONCESSIONÁRIA, com aprovação prévia ao PODER CONCEDENTE, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando adequá-las às novas situações que ocorram durante o período do contrato.

11.4.13. Todos os seguros deverão ser efetuados em seguradoras autorizadas a operar no Brasil.

11.4.14. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de quaisquer dos seguros por ela



contratados.

CLÁUSULA XII - DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO

12.1. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

12.1.1. Os bens vinculados à CONCESSÃO são os bens integrantes ou não do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, necessários à implantação adequada e contínua do OBJETO contratado.

12.1.2. A utilização direta de equipamentos, infraestrutura ou qualquer outro bem, que não sejam da propriedade da CONCESSIONÁRIA na execução das obras e prestação dos ENCARGOS objeto da CONCESSÃO, dependerá de anuência prévia, específica e expressa do PODER CONCEDENTE, que poderá dispensar tal exigência nos casos e hipóteses que entender pertinente.

12.1.3. O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a utilização de bens de terceiros, desde que não se coloque em risco a continuidade dos ENCARGOS, bem como que não reste prejudicada a reversão dos bens vinculados à CONCESSÃO.

12.1.4. Adicionalmente, poderá o PODER CONCEDENTE exigir que o respectivo contrato contenha disposição pela qual o terceiro se obrigue, em caso de extinção da CONCESSÃO, a mantê-lo e a sub-rogar ao PODER CONCEDENTE nos direitos dele decorrentes.

12.1.5. Os BENS REVERSÍVEIS são aqueles imprescindíveis à execução da CONCESSÃO adquiridos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o prazo deste Contrato, os quais reverterão em favor do PODER CONCEDENTE após a extinção da CONCESSÃO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO.



12.1.6. Integram os BENS REVERSÍVEIS todos os terrenos, estruturas, construções, equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS e FORNECIMENTO e atividades referentes à CONCESSÃO.

12.1.7. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a entregar os BENS REVERSÍVEIS em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do desgaste normal resultante do seu uso.

12.1.8. Os BENS REVERSÍVEIS serão transferidos ao PODER CONCEDENTE livres de quaisquer ônus ou encargos.

12.1.9. Todos os custos decorrentes da execução da obra e prestação dos ENCARGOS constituirão ônus exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

12.1.10. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, às suas expensas, os bens vinculados à CONCESSÃO, incluindo-se os BENS REVERSÍVEIS, durante a vigência do CONTRATO, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho da CONCESSÃO, nos termos previstos neste CONTRATO.

12.1.10.1. Uma vez transcorrida a vida útil dos BENS VINCULADOS, ou caso seja necessária à sua substituição, por qualquer motivo, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder à sua imediata substituição por bem de qualidade igual ou superior, observada a continuidade da prestação dos SERVIÇOS e o dever de permanente atualidade tecnológica dos referidos bens.

12.1.11. A CONCESSIONÁRIA somente poderá alienar os bens que integram a CONCESSÃO se proceder à sua imediata substituição por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores



aos substituídos, constatadas e autorizadas pelo PODER CONCEDENTE.

12.2. DA REVERSÃO DOS BENS DA CONCESSÃO

12.2.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à exploração da CONCESSÃO, transferidos a CONCESSIONÁRIA, ou por esta adquiridos ou implantados.

12.2.2. No prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do termo final do CONTRATO, as Partes deverão estabelecer os procedimentos para avaliar os bens objeto da CONCESSÃO, com o fim de identificar aqueles necessários à continuidade da execução de seu OBJETO.

12.2.3. O PODER CONCEDENTE poderá recusar a reversão de bens que considere prescindíveis ou inaproveitáveis, garantido o direito da CONCESSIONÁRIA ao contraditório, inclusive através da elaboração e apresentação, às suas expensas, de laudos ou estudos demonstradores da necessidade de reversão.

12.2.4. A reversão será gratuita e automática com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos, sem prejuízo do desgaste normal resultante de seu uso.

12.2.5. Os BENS REVERSÍVEIS pertencentes à CONCESSIONÁRIA ou por ela adquiridos ou construídos com o objetivo de executar o presente CONTRATO devem ser integralmente amortizados e depreciados no PRAZO DA CONCESSÃO, não cabendo qualquer indenização.

CLÁUSULA XIII - DAS SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS PARTES



13.1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.1. No caso de inadimplemento parcial ou total das obrigações deste CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e ambiental, poderá aplicar isoladamente ou concomitantemente as seguintes penalidades:

- I. Advertência formal, por escrito e com referência às medidas necessárias à correção do descumprimento;
- II. Multas, quantificadas e aplicadas na forma da cláusula 31.3;
- III. Declaração da caducidade da CONCESSÃO;
- IV. Suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de 2 (dois) anos. A suspensão se dará por meio da emissão de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

13.1.2. Na aplicação das sanções previstas nos itens acima, o PODER CONCEDENTE observará as seguintes circunstâncias, com vistas à sua proporcionalidade:

- I. A natureza e a gravidade da infração;
- II. Os danos resultantes aos ENCARGOS, à segurança pública, ao meio ambiente, aos agentes públicos e aos usuários;
- III. A vantagem auferida pela CONCESSIONÁRIA em virtude da infração;
- IV. As circunstâncias gerais agravantes e atenuantes, dentre as quais



está à reincidência e a boa ou a má-fé da CONCESSIONÁRIA na promoção do dano;

V.A situação econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de geração de receitas e o seu patrimônio;

VI. Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências;

VII.A proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de usuários atingidos.

13.1.3. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

I.A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie;

II.A infração terá gravidade média, quando decorrer de conduta volitiva, mas efetuada pela primeira vez pela CONCESSIONÁRIA, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar a prestação dos SERVIÇOS;

III.A infração será considerada grave quando o PODER CONCEDENTE constatar presente um dos seguintes fatores:

- a. Ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;
- b. De a infração decorrer benefício direto ou indireto para a CONCESSIONÁRIA;
- e. A CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração de gravidade média;



d. Prejuízo econômico significativo para o PODER CONCEDENTE.

IV. A infração será considerada gravíssima quando:

- a. O PODER CONCEDENTE constatar, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, que seu comportamento se reveste de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos USUÁRIOS, a saúde pública, o meio ambiente, o erário ou a continuidade dos SERVIÇOS; ou
- b. A CONCESSIONÁRIA não contratar ou manter em vigor a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e os seguros exigidos no CONTRATO.

13.1.4. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA, devendo o PODER CONCEDENTE promover a devolução, pela CONCESSIONÁRIA, ou a neutralização de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração.

13.2. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

13.2.1. O processo de aplicação das sanções de multa, suspensão temporária do direito de licitar e declaração de inidoneidade tem início com a lavratura do auto de infração pela fiscalização do PODER CONCEDENTE, que deve estar devidamente fundamentado para notificar expressamente a CONCESSIONÁRIA da sanção aplicada.

13.2.2. Lavrado o auto, a CONCESSIONÁRIA será imediatamente intimada, dando-se-lhe um prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 87, §§2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.



13.2.3. A CONCESSIONÁRIA pode, nesta fase de instrução, requerer diligência, perícia, juntar documentos e pareceres, além de aduzir alegação referente à matéria objeto do processo.

13.2.4. Encerrada a instrução processual, o PODER CONCEDENTE decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultado a CONCESSIONÁRIA a interposição de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

13.2.5. Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, consoante o previsto no art. 109, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

13.2.6. Independentemente dos direitos e princípios previstos neste CONTRATO, poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes, que não se confundem com o procedimento de intervenção, nas seguintes situações:

I. Risco de descontinuidade da prestação da CONCESSÃO;

II. Dano grave aos direitos dos usuários, à segurança pública ou ao meio ambiente;

III. Outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

13.2.7. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de 2 (duas) ou mais infrações pela CONCESSIONÁRIA, aplicam-se cumulativamente, as penas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

13.2.8. Quando se tratar de sanções aplicadas em decorrência do mesmo tipo de descumprimento contratual, em relação às quais tenham sido lavrados diversos autos, serão eles reunidos em um só processo, para que seja instaurado processo administrativo, resguardando-se os direitos ao contraditório e a ampla defesa, para posterior imposição de pena.



13.3. MULTAS

13.3.1. Observados os critérios previstos na Cláusula 13.1, nenhuma multa aplicada a CONCESSIONÁRIA poderá ser inferior a 0,18% (zero virgula dezoito por cento), e a acumulação destas não poderá ser superior a 100% (cem por cento), do valor da Contraprestação Mensal.

13.3.2. No caso de infrações continuadas, serão fixadas multas diárias enquanto perdurar o descumprimento, sendo que, neste caso, a somatória das multas diárias poderá ser superior aos limites estabelecidos na subcláusula anterior.

13.3.3. As multas não terão caráter compensatório ou indenizatório e não se confundem com a aplicação do ÍNDICE DE DESEMPENHO na CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL.

13.3.4. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas serão destinadas ao PODER CONCEDENTE.

13.3.5. As multas poderão ter aplicação cumulativa com as demais penalidades previstas no CONTRATO ou legislação aplicável.

13.3.6. Sem prejuízo de outros comportamentos passíveis de reprimenda por sanção, a CONCESSIONÁRIA responderá por:

13.3.6.1. Multa diária, no valor de 0,18% (zero virgula dezoito por cento), por atraso no cumprimento de qualquer obrigação anterior à DATA DE EFICÁCIA;

13.3.6.2. Multa diária de 0,27% (zero virgula vinte e sete por cento) em função do descumprimento do prazo para entrega do PLANO DE MODERNIZAÇÃO;



- 13.3.6.3. Multa diária, no valor de 0,18% (zero virgula dezoito por cento) na hipótese de não contratação ou manutenção atualizada das apólices dos seguros exigidas no CONTRATO;
- 13.3.6.4. Multa diária no valor de 0,18% (zero virgula dezoito por cento) na hipótese de não constituição ou manutenção da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO nos valores exigidos no CONTRATO;
- 13.3.6.5. Multa diária de 0,18% (zero virgula dezoito por cento), em função do descumprimento do prazo final de conclusão de cada MARCO DO CRONOGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO;
- 13.3.6.6. Multa diária de 0,18% (zero virgula dezoito por cento), em função do descumprimento do prazo final para apresentação do RELATÓRIO MENSAL DE INDICADORES;
- 13.3.6.7. Multa no valor de 37,97% (trinta e sete virgula noventa e sete por cento) no caso de obtenção, na forma do ANEXO 3, de ÍNDICE DE DESEMPENHO inferior a 0,5 por três meses consecutivos ou por seis meses não consecutivos, no período de 5 (cinco) anos;
- 3.3.6.8. Multa no valor de 4,56% (quatro virgula cinquenta e seis por cento) no caso de falhas nas informações que compõe o RELATÓRIO MENSAL DE INDICADORES que altere o INDICADOR DE DESEMPENHO;
- 13.3.6.9. Multa no valor 15,19% (quinze virgula dezenove por cento), no caso do Índice de Qualidade Mensal Noturna - IQMN previsto no ANEXO 3 ser igual 0 (zero), por seis meses consecutivos;

13.3.6.10. Multa no valor de 4,56% (quatro virgula cinquenta e seis por cento), no caso de inconformidades na contabilidade das RECEITAS ACESSÓRIAS que impactem no compartilhamento com o PODER CONCEDENTE;

13.3.6.11. Multa no valor de R\$ 15,19% (quinze virgula dezenove por cento) no caso de reprovação superior a 20% (vinte por cento) dos PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA modernizados quando da realização de ensaios de aferição da qualidade dos equipamentos;

13.3.6.12. Multa no valor de 91,12% (noventa e um virgula doze por cento) na hipótese de empresa detentora do maior atestado a que se refere a subitem 4.11.1 do EDITAL rescindir ou ter seu contrato rescindindo pela CONCESSIONÁRIA, sem que haja a observância do prazo mínimo previsto no item 2.3.4 deste contrato.

13.3.7. Os valores das multas referidos nesta Cláusula serão reajustados pelo IPCA, anualmente, na mesma data e forma previstas na cláusula 4 do ANEXO 4 - MECANISMO DE PAGAMENTO deste contrato.

13.3.8. As multas poderão ser objeto de compensação com os futuros pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL, do APORTE ou de execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.3.9. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da decisão administrativa definitiva que a aplicar.

CLÁUSULA XIV - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS



14.1. DO MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS

14.1.1. Os conflitos e as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO, ou com ele relacionados, poderão ser amigavelmente dirimidos pelas Partes.

14.1.2. Em caso de conflito ou controvérsia resultante dos direitos e obrigações contemplados neste CONTRATO ou de sua execução, inclusive aqueles relacionados à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o objeto do conflito ou controvérsia será comunicado, por escrito, ao PODER CONCEDENTE ou a CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, para que as Partes possam, utilizando-se do princípio da boa-fé e envidando os melhores esforços para tal, solucionar o conflito ou controvérsia existente.

14.1.3. A notificação de que trata este item deverá ser enviada pela Parte interessada juntamente com todas as suas alegações acerca do conflito ou controvérsia devendo, também, ser acompanhada de uma sugestão para a solução do conflito ou controvérsia.

14.1.4. Após o recebimento da notificação, a Parte notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta. Caso não concorde com a solução proposta, a Parte notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar à Parte interessada os motivos pelos quais discorda da solução apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.

14.1.5. Caso a Parte notificada concorde com a solução apresentada, as Partes darão por encerrado o conflito ou controvérsia e tomarão as medidas necessárias para implementar a medida acordada.



14.1.6. No caso de discordância da Parte notificada, deverá ser marcada uma reunião entre as Partes, a fim de debater e solucionar o conflito ou a controvérsia em causa.

14.1.7. Em qualquer das hipóteses, o conflito ou a controvérsia existente entre as Partes deverá ser solucionado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da comunicação referida na subcláusula 14.1.2, prorrogável de comum acordo entre as Partes.

14.1.8. Ultrapassado o prazo fixado sem que seja dirimida a questão conflituosa ou controversa, poderá ser instaurado procedimento de mediação ou dar-se-á início ao processo de arbitragem, na forma deste CONTRATO.

14.2. DA ARBITRAGEM

14.2.1. As controvérsias decorrentes do presente CONTRATO, ou com ele relacionadas, que não forem dirimidas amigavelmente entre as Partes, poderão ser resolvidas por arbitragem.

14.2.2. Na hipótese da solução por arbitragem, em conformidade com o art. 11, III, da Lei nº 11.079/2004, as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO ou com ele relacionadas, que não puderem ser resolvidas amigavelmente entre as Partes, serão definitivamente dirimidas por arbitragem, por 3 (três) árbitros que serão escolhidos dentre pessoas naturais de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria objeto da controvérsia.

14.2.3. A Arbitragem deverá ser conduzida de acordo com a lei brasileira de arbitragem (Lei nº 9.307/96) e com as normas da Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá, a qual será responsável pela condução do procedimento arbitral.

14.2.4. Não obstante as disposições da Cláusula 14.2.3. acima, e



unicamente com o propósito de se obter medidas prévias, vinculativas e temporárias, bem como para se obter a iniciação obrigatória da arbitragem ou medidas preliminares para assegurar o “status quo” das partes de arbitragem em andamento ou em vias de se iniciar, as Partes elegem o foro de Campos dos Goytacazes-RJ, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2.5. A submissão de qualquer questão à arbitragem não exonera as Partes do pontual e tempestivo cumprimento das disposições deste CONTRATO, e das determinações do PODER CONCEDENTE que no seu âmbito sejam comunicadas a CONCESSIONÁRIA, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em questão.

14.2.6. O disposto na subcláusula anterior, relativamente ao cumprimento de determinações do PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA, aplicar-se-á, também a determinações sobre a mesma matéria, mesmo que emitidas após a data de submissão de uma questão à arbitragem, desde que a primeira dessas determinações tenha sido comunicada a CONCESSIONÁRIA anteriormente àquela data.

14.2.7. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a dar imediato conhecimento ao PODER CONCEDENTE da ocorrência de qualquer litígio e a prestar-lhe toda a informação relevante relativa à sua evolução.

CLÁUSULA XV - DA INTERVENÇÃO

15.1. DA INTERVENÇÃO

15.1.1. O PODER CONCEDENTE poderá determinar a intervenção



nas seguintes situações, e quando não se justificar a caducidade da CONCESSÃO, a seu critério e no interesse público, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes:

I.Paralisação injustificada das atividades, assim entendida a interrupção da execução das OBRAS, da prestação dos SERVIÇOS e FORNECIMENTO e atividades fora das hipóteses previstas neste CONTRATO e sem a apresentação de razões tidas pelo PODER CONCEDENTE como aptas a justificá-la;

II.Desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de má administração que coloque em risco a continuidade da CONCESSÃO;

III.Inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas dos SERVIÇOS e FORNECIMENTO prestados e das OBRAS executadas, caracterizadas pelo não atendimento dos parâmetros de desempenho previstos neste CONTRATO, não resolvidas em prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE para regularização da situação;

IV. Utilização da infraestrutura referente à CONCESSÃO para fins ilícitos;

V.Omissão em prestar contas ao PODER CONCEDENTE ou oferecimento de óbice à atividade fiscalizatória, que pressuponham a prática de qualquer das ocorrências previstas acima.

15.1.2. O instrumento de decretação de intervenção indicará:

I.Os motivos e fundamentos da intervenção e sua necessidade;

II.O prazo, que será de no máximo 01 (um) ano, prorrogáveis, excepcionalmente, por 1 (um) ano, sempre compatível e proporcional aos motivos e fundamentos que ensejaram a intervenção;



III. Os objetivos e limites da intervenção;

IV. O nome e qualificação do interventor.

15.1.3. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE terá prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos para instaurar processo administrativo com vistas a comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.4. A decretação da intervenção levará o imediato afastamento dos administradores da CONCESSIONÁRIA e não afetará o curso regular dos negócios da CONCESSIONÁRIA, tampouco seu normal funcionamento.

15.1.5. Não será decretada a intervenção quando, a juízo do PODER CONCEDENTE, ela for considerada inócua, injustamente benéfica a CONCESSIONÁRIA ou desnecessária.

15.1.6. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o PODER CONCEDENTE não observou os pressupostos legais e regulamentares, ou os princípios da Administração Pública, devendo a CONCESSÃO ser imediatamente devolvida à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito de indenização.

15.1.7. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, os ENCARGOS e atividades inerentes voltarão a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

15.1.8. As receitas realizadas durante o período da intervenção, resultantes da REMUNERAÇÃO devida a CONCESSIONÁRIA, serão utilizadas



para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento dos ENCARGOS correspondentes à CONCESSÃO, necessários para custear o pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e o ressarcimento dos custos de administração.

15.1.9. O eventual saldo remanescente da REMUNERAÇÃO, finda a intervenção, será entregue a CONCESSIONÁRIA, a não ser que seja extinta a CONCESSÃO, situação em que se aplicarão as disposições específicas.

CLÁUSULA XVI - DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

16.1. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

16.1.1. A CONCESSÃO considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

- I. Término do prazo contratual;
- II. Encampação;
- III. Caducidade;
- IV. Rescisão;
- V. Anulação;
- VI. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

16.1.2. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE todos os BENS Reversíveis, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, incluindo aqueles transferidos a CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, ou por ela adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO.

16.1.3. Extinta a CONCESSÃO, haverá a imediata assunção dos ENCARGOS pelo PODER CONCEDENTE, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, bem como a ocupação das instalações e a utilização, pelo PODER CONCEDENTE, de todos os BENS REVERSÍVEIS.

16.1.4. Extinto o CONTRATO antes do seu termo, o PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, poderá:



I.Ocupar, temporariamente, bens móveis e imóveis e valer-se de pessoal empregado na prestação dos ENCARGOS considerados imprescindíveis à sua continuidade;

II.Manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

16.1.5. Em qualquer hipótese de extinção do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assumirá direta ou indireta e imediatamente, a operação da CONCESSÃO, para garantir sua continuidade e regularidade.

16.2. DO TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL

16.2.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, extinguindo-se, por consequência, as relações contratuais entre as Partes, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO.

16.2.2. Quando do advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO e celebrados com terceiros, segundo regras para cálculo e pagamento dos valores residuais, nos termos da legislação vigente, assumindo todos os ônus daí resultantes.

16.2.3. Até 36 (trinta e seis) meses antes da data do término da vigência contratual, a CONCESSIONÁRIA apresentará ao PODER CONCEDENTE, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado da pós-operação.



16.3. DA ENCAMPAÇÃO

16.3.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, encampar a CONCESSÃO, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e pagamento de indenização, quando cabível, a ser calculada nos termos da subcláusula 16.3.2 abaixo.

16.3.2. A indenização, quando devida, a CONCESSIONÁRIA em caso em encampação cobrirá:

I.As parcelas dos investimentos realizados, inclusive em instalação e manutenção dos bens e instalações, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste CONTRATO, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

II.A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento do CONTRATO, mediante, conforme o caso:

a) Assunção, perante as INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento; ou

b) Indenização às instituições financiadoras, da totalidade dos débitos remanescentes da CONCESSIONÁRIA; e

c) Pagamento de todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do conseqüente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.



16.4. DA CADUCIDADE

16.4.1. O PODER CONCEDENTE poderá promover a decretação da caducidade da CONCESSÃO, com o objetivo de garantir a continuidade de operação dos ENCARGOS, nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei nº 8.987/1995:

I. Os ENCARGOS estiverem sendo prestados ou executados de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidos nos ANEXOS ao CONTRATO;

II. A CONCESSIONÁRIA descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO;

III. Ocorrer desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;

IV. Atrasos relevantes nos cumprimentos dos cronogramas, iguais ou superiores a 12 (doze) meses, que levem a deterioração significativa e generalizada na qualidade dos serviços prestados;

V. Houver alteração societária da CONCESSIONÁRIA, sem a prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, consoante o disposto neste CONTRATO;

VI. A CONCESSIONÁRIA paralisar os ENCARGOS ou concorrer para tanto, perder ou comprometer as condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias à consecução adequada dos ENCARGOS;

VII. A CONCESSIONÁRIA descumprir a obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, nos termos contratuais;



VIII.A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos, incluindo o pagamento das multas;

IX.A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação dos SERVIÇOS e FORNECIMENTO e a execução das OBRAS;

X.A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

XI.A CONCESSIONÁRIA ou suas controladoras forem declaradas inidôneas por entes públicos.

16.4.2. A decretação da caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório.

16.4.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados a CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item acima, dando-se-lhe um prazo razoável, não inferior a 30 (trinta) dias, para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

16.4.4. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

16.4.5. A decretação da caducidade não acarretará, para o PODER CONCEDENTE, qualquer espécie de responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pela CONCESSIONÁRIA, notadamente em relação a obrigações de natureza



trabalhista, tributária e previdenciária.

16.4.6. Decretada a caducidade, a indenização a CONCESSIONÁRIA devida pelo PODER CONCEDENTE ficará limitada às parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço.

16.5. DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.5.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

16.5.2. Os ENCARGOS não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da sentença que decretar a rescisão do CONTRATO.

16.5.3. A indenização, quando devida, a CONCESSIONÁRIA, no caso de rescisão judicial, será equivalente à encampação e será calculada pelos mesmos critérios descritos no item 16.3.

16.5.4. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão, até o limite do saldo vincendo dos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no CONTRATO.

16.6. DA ANULAÇÃO DO CONTRATO

16.6.1. O CONTRATO poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.



16.6.2. A indenização devida a CONCESSIONÁRIA, no caso de anulação do CONTRATO, será calculada na forma do item 16.3, podendo ser paga diretamente aos FINANCIADORES da CONCESSIONÁRIA e implicando tal pagamento feito em quitação automática da obrigação do PODER CONCEDENTE perante a CONCESSIONÁRIA.

16.6.3. A indenização não será devida se a CONCESSIONÁRIA tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva, caso em que a indenização devida a ela será apurada nos termos da subcláusula 16.4 acima.

16.6.4. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista no item acima, até o limite do saldo vincendo dos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no CONTRATO.

16.6.5. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO, promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo a vencedora o ônus do pagamento direto da indenização aos FINANCIADORES da antiga CONCESSIONÁRIA.

16.7. DA FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

16.7.1. Na hipótese de extinção do CONTRATO por falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

16.7.2. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos



pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista no item acima, até o limite do saldo vincendo dos financiamentos contraídos pela CONCESSIONÁRIA para cumprir as obrigações de investimento previstas no CONTRATO.

16.7.3. O limite do desconto mencionado no item anterior não desobriga a CONCESSIONÁRIA de efetuar os pagamentos das multas pertinentes e demais valores devidos ao PODER CONCEDENTE, devendo este último efetuar a cobrança utilizando os meios previstos neste CONTRATO e na legislação vigente.

16.7.4. O PODER CONCEDENTE poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção do CONTRATO, promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo a vencedora o ônus do pagamento direto da indenização aos FINANCIADORES da antiga CONCESSIONÁRIA.

16.7.5. Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da CONCESSIONÁRIA falida sem que o PODER CONCEDENTE ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS, e se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

CLÁUSULA XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. DO ACORDO COMPLETO

17.1.1. A CONCESSIONÁRIA declara que o CONTRATO e os seus ANEXOS constituem a totalidade dos acordos que regulam a CONCESSÃO ou a CONCESSIONÁRIA, incluindo o seu financiamento.

17.2. DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

17.2.1. As comunicações entre as Partes serão efetuadas por escrito e remetidas:



- I. Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- II. Por correio registrado, com aviso de recebimento;
- III. Por correio eletrônico, desde que comprovada à recepção.

17.2.2. Qualquer das Partes poderá modificar o seu endereço e endereço eletrônico, mediante comunicação à outra Parte, nos moldes ora preconizados.

17.3. DA CONTAGEM DE PRAZOS

17.3.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

17.3.2. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e se contar o último.

17.3.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE, prorrogando-se para o próximo dia útil nos casos em que a data de início ou vencimento cair em dia que não há expediente.

17.4. DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

17.4.1. Se qualquer das Partes permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas ou condições deste CONTRATO e de seus ANEXOS, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido

17.4.2. Em qualquer hipótese, não estará configurada novação ou mesmo renúncia a direitos, tampouco defeso o exercício posterior destes.

17.5. DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS

17.5.1. Cada disposição, CLÁUSULA, item e alínea deste CONTRATO constitui um compromisso independente e distinto.

17.5.2. Sempre que possível cada disposição deste CONTRATO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

17.5.3. Caso alguma das disposições deste CONTRATO seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexecutável por decisão judicial, deverá ser julgada separadamente do restante do CONTRATO e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das Partes, observando-se os limites da lei. Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas.

17.6. DO FORO

17.6.1. Fica eleito o foro Campos dos Goytacazes-RJ para dirimir qualquer controvérsia entre as Partes decorrentes do CONTRATO que não possam ser solucionadas por meio de arbitragem.

E POR ASSIM ESTAREM DE PLENO ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES E CONDIÇÕES DO PRESENTE CONTRATO, AS PARTES O ASSINAM EM 2 (DUAS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS, QUE TAMBÉM O ASSINAM, PARA QUE SE PRODUZAM SEUS LEGAIS E JURÍDICOS EFEITOS.

Campos dos Goytacazes-RJ, [dia] de [mês] de 2019